

Despacho (extracto) n.º 14 185/2007

Por despacho da vogal do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Norte de 17 de Maio de 2007, foi a Estela Renata Mouta Ferreira, assistente administrativa da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde de Braga, autorizada a transferência para lugar idêntico do quadro de pessoal deste Hospital. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado*.

Hospital de Sousa Martins**Deliberação n.º 1296/2007**

Por deliberação do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins — Guarda de 11 de Junho de 2007, a Dr.ª Maria Cristina Martin Gamboa, assistente graduada de cardiologia, foi nomeada no cargo de directora do serviço de cardiologia, com efeitos a partir de 11 de Junho de 2007.

21 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Monteiro Girão*.

2611025283

Deliberação (extracto) n.º 1297/2007

Por despacho do conselho de administração do Hospital de Sousa Martins, Guarda, de 2 de Novembro de 2006, ratificado por deliberação do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., de 30 de Janeiro de 2007, foi autorizada a celebração de contrato de trabalho a termo certo com a técnica de 2.ª classe de cardiopneumologia Ana Rita Bernardo Rodrigues, por urgente conveniência de serviço, pelo período de três meses, com efeitos a 1 de Novembro de 2006, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde.

25 de Junho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Fernando Monteiro Girão*.

2611025810

Maternidade de Júlio Dinis**Aviso (extracto) n.º 12 060/2007**

1 — Nos termos dos artigos 15.º, 23.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e do Regulamento dos Concursos de Provedimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, faz-se público que, autorizado por despacho do conselho de administração da Maternidade de Júlio Dinis de 5 de Junho de 2007, e com parecer favorável da Administração Regional de Saúde do Norte, se encontra aberto pelo prazo de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República* concurso interno geral para provimento de uma vaga da categoria de assistente hospitalar de ginecologia/obstetrícia do quadro de pessoal desta Maternidade, aprovado pela Portaria n.º 313/99, de 12 de Maio.

2 — Tipo de concurso:

2.1 — O concurso é institucional, aberto a todos os médicos possuidores dos requisitos gerais e especiais que estejam vinculados à função pública e visa exclusivamente o preenchimento da vaga posta a concurso, pelo que se esgota com o seu preenchimento.

3 — Local e regime de trabalho:

3.1 — O local de trabalho será na Maternidade de Júlio Dinis ou em outras instituições com as quais esta tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

3.2 — O regime de trabalho será desenvolvido em horário desfasado, nos termos das disposições legais em vigor nesta matéria, nomeadamente o despacho ministerial n.º 19/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193, de 22 de Agosto de 1990.

4 — O vencimento será o constante do mapa II anexo ao Decreto-Lei n.º 198/97, de 2 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 19/99, de 27 de Janeiro.

5 — Legislação aplicável:

5.1 — O presente concurso rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e na Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, e, supletivamente, pelas disposições aplicáveis do Código do Procedimento Administrativo.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — São requisitos gerais:

a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional, casos em que deve ser feita prova de conhecimentos da língua portuguesa;

b) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;

d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

6.2 — São requisitos especiais:

6.2.1 — A posse do grau de assistente de ginecologia/obstetrícia, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 128/92, de 4 de Julho, ou a sua equiparação obtida nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março.

6.2.2 — Estar inscrito na Ordem dos Médicos.

7 — Apresentação das candidaturas:

7.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho de administração da Maternidade de Júlio Dinis, podendo ser entregue pessoalmente no Serviço de Pessoal até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso ou ser enviado por correio, com aviso de recepção, para o Largo da Maternidade de Júlio Dinis, 4050-371 Porto, e expedido dentro do referido prazo.

7.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, naturalidade, filiação, data de nascimento, residência, telefone e número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emite);

b) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e a data do *Diário da República* onde vem anunciado;

c) Indicação dos documentos que instruem o requerimento;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos reputem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal;

e) Endereço para onde deve ser remetido qualquer expediente relativo ao concurso;

f) Declaração, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais constantes do n.º 6.1 deste aviso.

8 — O requerimento de admissão deve ser acompanhado de:

a) Documento, original, comprovativo da posse do grau de assistente da área profissional a que respeita o concurso ou equivalente;

b) Documento, original, comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos;

c) Documento, original, comprovativo do vínculo à função pública;

d) Cinco exemplares do *curriculum vitae*.

8.1 — A falta dos documentos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 8 implica a não admissão ao concurso.

8.2 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato em caso de dúvida sobre a situação que descreve a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.3 — Os exemplares do *curriculum vitae* podem ser apresentados até 10 dias úteis após o termo do prazo da candidatura, implicando a sua não apresentação dentro daquele prazo a não admissão do concurso.

9 — Método de selecção — o método de selecção utilizado é o de avaliação curricular, conforme o disposto na secção VI da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro.

10 — A lista de admissão será afixada no *placard* do Serviço de Pessoal e a lista de classificação final publicada no *Diário da República*.

11 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

12 — Constituição do júri:

Presidente — Dr.ª Rosa Maria Pereira Rodrigues, chefe de serviço de Obstetrícia da Maternidade de Júlio Dinis.

Vogais efectivos:

1.º Dr.ª Olinda Maria Mota Rodrigues, chefe de serviço de Ginecologia/Obstetrícia da MJD.

2.º Dr.ª Maria Cristina Duarte Monteiro Soares Bianchi de Aguiar, assistente graduada de obstetrícia da MJD.

Vogais suplentes:

1.º Dr.ª Maria da La Concepcion Gomes Arantes, assistente graduada de obstetrícia da MJD.

2.º Dr.ª Eugénia Cristina Freitas Fernandes, assistente hospitalar de ginecologia/obstetrícia da MJD.

12.1 — A presidente do júri será substituída nas suas faltas ou impedimentos pela 1.ª vogal efectiva.

12 de Junho 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Alberto Peixoto*.

Rectificação n.º 982/2007

Por ter saído com inexactidão o aviso n.º 10 408/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de Junho de 2007, rectifica-se que onde se lê «Ana Luísa Freire Namorado.» deve ler-se «Ana Luísa Freire Namorado Silva.»

12 de Junho de 2007. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Deolinda Magalhães Alves*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho n.º 14 186/2007

A Portaria n.º 357/2007, de 30 de Março, estabeleceu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as competências das correspondentes unidades orgânicas.

Neste contexto e com vista a assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e considerando que possui perfil adequado para a prossecução dos objectivos do serviço, bem como competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme decorre da nota curricular anexa, nomeio o licenciado José Manuel Lucas Pascoal, assessor principal da carreira técnica superior, para exercer, em regime de substituição, o cargo de director dos Serviços Jurídicos e Contencioso.

O nomeado fica autorizado, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 51/2005, a optar pelo vencimento da sua categoria de origem.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

11 de Junho de 2007. — O Secretário-Geral, *João S. Batista*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome — José Manuel Lucas Pascoal;
Naturalidade — Torres Vedras;
Data de nascimento — 23 de Julho de 1953.

II — Habilitações literárias — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, iniciada no ano lectivo de 1970-1971 e concluída no ano lectivo de 1974-1975, com a classificação final de 13 valores.

III — Qualificação e experiência profissional:

1) Como docente universitário (1976-1985):

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 15 de Janeiro de 1976 a 31 de Outubro de 1985;

Regente, sucessivamente, das cadeiras anuais de Ciência Política e Direito Constitucional e dos cursos semestrais de Ciência Política, Direito Constitucional I, Direito Constitucional II, Sistemas e Regimes Políticos e Direito do Mar;

Frequência e aprovação na parte escolar do curso de pós-graduação em Ciências Jurídico-Políticas, realizado no ano lectivo de 1978-1979 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Co-autor de lições policopiadas de *Ciência Política* e de *Direito Constitucional*, editadas pela AAFDL, em 1977 e 1978, respectivamente;

2) Como técnico superior do Ministério da Educação (1986 — . . .):

Integrado na carreira técnica superior do regime geral da função pública, presta serviço na Secretaria-Geral do Ministério da Educação desde 4 de Abril de 1986, sendo actualmente titular da categoria de assessor principal;

Secretário-geral-adjunto, em regime de substituição, de 1 de Abril de 1994 a 16 de Março de 1995 e de 1 de Dezembro de 1995 a 30 de Abril de 1996;

Membro efectivo de grupos de trabalho internos, ministeriais e interministeriais, bem como de júris e comissões de concursos públicos de recrutamento e selecção de pessoal, de aquisição de bens móveis e serviços e de empreitadas de obras públicas;

Coordenador do Gabinete Jurídico da Secretaria-Geral desde 4 de Janeiro de 1990 até 31 de Outubro de 2004;

Chefe de divisão de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral, desde 1 de Novembro de 2004.

Despacho n.º 14 187/2007

A Portaria n.º 357/2007, de 30 de Março, estabeleceu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as competências das correspondentes unidades orgânicas.

Neste contexto e com vista a assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e considerando que possui perfil adequado para a prossecução dos objectivos do serviço, bem como competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme decorre da nota curricular anexa, nomeio a licenciada Paula Alexandra Ochôa de Carvalho, assessora principal da carreira técnica superior, para exercer, em regime de substituição, o cargo de director de serviços de Informação e Documentação.

A nomeada fica autorizada, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 51/2005, a optar pelo vencimento da sua categoria de origem.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

11 de Junho de 2007. — O Secretário-Geral, *João S. Batista*.

Nota curricular

Paula Alexandra Ochôa de Carvalho, Lisboa, 26 de Abril de 1963.
Experiência profissional:

Assessora principal de BD do quadro da Biblioteca Nacional; 2004-2007 — directora de serviços de Informação e Documentação, Secretaria-Geral do Ministério da Educação;

2001-2004 — directora de serviços de Arquivo e Documentação, Secretaria-Geral do Ministério da Educação;

1996-2001 — chefe de divisão do Centro de Documentação da Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

Formação académica e profissional:

2007 — doutoranda do curso de doutoramento de Bibliografia e Ciências Documentais da Universidad de Alcalá de Henares;

2004 — curso de alta direcção na Administração Pública, INA, 2004, com a média final de 16 valores;

1999-2000 — bolsa sabática do Instituto Nacional da Administração, prémios da qualidade na Administração Pública: análise do comportamento organizacional, imagem e efeitos multiplicadores (1997-1998);

1994 — International Leadership Program (EUA), a convite do Governo dos Estados Unidos;

1994 — mestrado em Gestão de Informação (MSC in Information Management), University of Sheffield;

1989 — bolsa da Secretaria de Estado da Cultura na British Library e King's College;

1988 — curso de pós-graduação — especialização em Ciências Documentais, variante Biblioteca, pela Faculdade de Letras de Lisboa;

1987 — 11.º Estágio Jeunesse & Patrimoine, para Salvaguarda do Património em Neresheim, com o apoio do Conselho da Europa;

1986 — curso de pós-graduação em Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos, pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, Departamento de Arquitectura;

1986 — curso de pós-graduação em Funcionários Internacionais, ISPCS;

1985 — licenciatura em História pela Faculdade de Letras de Lisboa;

1982-1985 — curso Museologia — Serviço de Inventário de Coleções — Instituto Português do Património Cultural.

Outras actividades:

1992-2006 — docente da cadeira de Bibliografia, curso de especialização em Ciências Documentais na Faculdade de Letras de Lisboa;

2002-2006 — docente da cadeira de Gestão de Bibliotecas e Centros de Documentação do curso de pós-graduação e mestrado em Ciências Documentais da Universidade de Évora;

2004-2007 — docente das cadeiras de Gestão de Sistemas de Bibliotecas e Gestão de Sistemas de Arquivos, CECD, Universidade Nova de Lisboa;

Membro do *groupe miroir* para a euro-certificação de competências de informação-documentação (ECIA — European Council of Information Associations);

2002 — prémio da revista *Inovação Organizacional*, artigo «Prémios da qualidade em serviços públicos», 2002;

2002 — prémio Raul Proença (BAD), com Leonor Gaspar Pinto.